

Critérios a classificar	Valor	Pontuação máxima	Classificação	
			Ponderação	Pontuação atribuída
4 — Formação Profissional (FP)		20	4	Total:
4.1 — Sem participação como Formador	2			
4.2 — Com participação como Formador.	8			
Ao valor indicado no 4.1 acresce, por cada Acção de Formação:				
≤ 7h — 2 valores				
> 7h ≤ 14h — 4 valores				
> 14h ≤ 21h — 6 valores				
> 21h ≤ 28h — 8 valores				
(até ao limite máximo de 8 valores)				
4.3 — Sem participação como Formando.	2			
4.4 — Com participação como Formando	8			
Ao valor indicado no 4.3 acresce, por cada Acção de Formação:				
≤ 7h — 2 valores				
> 7h ≤ 14h — 4 valores				
> 14h ≤ 21h — 6 valores				
> 21h ≤ 28h — 8 valores				
(até ao limite máximo de 8 valores)				
				Total:

203558106

Aviso n.º 15854/2010

Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o preenchimento de um posto de trabalho destinado a trabalhadores médicos, na área de medicina geral e familiar, no âmbito regional do mapa de pessoal da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de assistente da carreira especial médica, na área de Medicina Geral e Familiar, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra.

1 — Caracterização do posto de trabalho e perfil de competências

Caracterização do posto de trabalho: Prestação de cuidados de saúde primários aos utentes, nas áreas de prevenção da doença e promoção da saúde. Referenciação dos doentes para outras especialidades e acompanhamento da situação clínica dos pacientes. Formação e apoio a médicos que se encontrem em regime de internato. Actividades de vigilância epidemiológica. Investigação Clínica.

O conteúdo funcional para a categoria de assistente compreende funções médicas enquadradas em directrizes gerais bem definidas, organizadas em equipa, com observância pela autonomia e características técnico-científicas inerentes a cada especialidade médica, nomeadamente:

- Prestar cuidados de saúde mediante a prática de actos médicos do âmbito da sua especialidade, sob a sua responsabilidade directa ou sob responsabilidade da equipa na qual o médico esteja integrado;
- Recolher, registar, e efectuar tratamento e análise da informação relativa ao exercício das suas funções, incluindo aquela que seja relevante para os sistemas de informação institucionais na área da saúde, designadamente os referentes à vigilância de fenómenos de saúde e de doença;
- Participar nas actividades de planeamento e programação do trabalho a executar pela unidade ou serviço;
- Participar em programas e projectos de investigação ou de intervenção, quer institucionais quer multicêntricos, nacionais ou internacionais, seja na sua área de especialização ou em área conexa;
- Colaborar na formação de médicos em processo de especialização, de médicos em formação básica e de alunos das licenciaturas em medicina ou de outras áreas da saúde;

Perfil de competências: Experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de cuidados de saúde primários, no mínimo de 2 anos, que tenha permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com as actividades a desenvolver integração nas equipas multidisciplinares das unidades de saúde familiar e unidades de cuidados de saúde personalizados.

2 — Índice remuneratório

De acordo com o cabimento orçamental autorizado, o vencimento corresponde ao actualmente auferido pelos assistentes em regime de tempo completo de trabalho, 35 horas semanais, no valor de € 1853,96 (mil oitocentos e cinquenta e três euros e noventa e seis cêntimos).

3 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações do Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra.

4 — Legislação aplicável

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de Agosto, na Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, no Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, na Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro e no Código do Procedimento Administrativo.

5 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável.

6 — Requisitos de admissão

6.1 — São requisitos gerais de admissão a concurso, definidos no n.º 58 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6.2 — São requisitos especiais de admissão, definidos no n.º 59 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro:

- Possuir o grau de especialista em Medicina Geral e Familiar, ou equivalente, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de Agosto;

b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

c) Deter relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

6.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

7 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento do posto de trabalho colocado a concurso (1), e para o que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS LVT, I. P., no prazo de 2 anos, contados da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

8 — Formalização das candidaturas

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações do Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, no Serviço de Recepção, sito na Rua Branca Saraiva de Carvalho, n.º 9-C, 2845-452 Amora, no período compreendido entre as 9.00horas e as 12horas ou 14.30horas e as 17horas, ou remetido pelo correio, para a mesma morada com aviso de recepção.

8.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente (nome, estado, naturalidade, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Pedido para ser admitido ao concurso;
- c) Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
- d) Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- e) Grau, categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o concorrente se encontra vinculado;
- f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

8.3 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes elementos:

- a) Documento comprovativo da posse do grau de especialista em Medicina Geral e Familiar, ou equivalente;
- b) Cinco exemplares do *curriculum vitae*;
- c) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- d) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade de saúde da área de residência;
- e) Certificado do registo criminal;
- f) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos.

8.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas c) a f) do ponto 8.3 do presente aviso, podem ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

8.5 — A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos referidos na alínea a) do ponto 8.2 do presente aviso, implica a não admissão ao mesmo.

8.6 — Os exemplares do *curriculum vitae* a que se alude na alínea b) do ponto 8.3 do presente aviso, podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

8.7 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.8 — O júri pode exigir aos candidatos, por ofício registado com aviso de recepção, a apresentação de documentos comprovativos de factos ou elementos referidos no seu currículo que possam relevar para a apreciação do seu mérito, sob pena de os mesmos não serem considerados.

9 — Composição e identificação do Júri

O júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Clara Simões Balinha — assistente graduada Medicina Geral e Familiar, Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra;

1.º Vogal efectivo: Paula Salinas Calado do Carmo Vaz dos Reis — assistente graduada Medicina Geral e Familiar, Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo: Maria Gabriela de Araújo Sousa Fernandes Machado — assistente graduada sênior Medicina Geral e Familiar, Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra;

1.º Vogal suplente: Quitéria Maria Gomes Carvalho Latoeiro — assistente graduada Medicina Geral e Familiar, Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra;

2.º Vogal suplente: Maria Manuela Dias Fidalgo dos Santos Barreiros — assistente graduada Medicina Geral e Familiar, Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra.

10 — Métodos de Selecção

10.1 — Métodos de selecção — o método de selecção aplicável é a avaliação curricular, nos termos da alínea a) do n.º 62 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, em conjugação com o artigo 21.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, diploma que aprova o Orçamento de Estado para 2010.

10.2 — Avaliação Curricular — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados os seguintes factores:

- a) Exercício de funções no âmbito da Medicina Geral e Familiar, tendo em conta a competência técnico-profissional, tempo de exercício das mesmas, participação em programas de intervenção em saúde e actuação no serviço de urgência ou de atendimento permanente;
- b) Actividades de formação nos internatos médicos e outras acções de formação e educação médica frequentadas e ministradas relacionadas com a Medicina Geral e Familiar;
- c) Classificação obtida na avaliação final do internato médico de Medicina Geral e Familiar;
- d) Trabalhos publicados ou comunicados com interesse clínico e científico para a Medicina Geral e Familiar, tendo em conta o seu valor relativo, com destaque para os que reflectam a qualidade, produtividade e eficácia dos cuidados de saúde prestados;
- e) Actividades docentes ou de investigação clínica relacionadas com a Medicina Geral e Familiar;
- f) Outros factores de valorização profissional, nomeadamente títulos e sociedades científicas.

10.3 — Resultados da avaliação curricular — Os resultados da avaliação curricular são classificados na escala de 0 a 20 valores, com a seguinte distribuição pelos factores estabelecidos nas alíneas do n.º 64 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro:

- Alínea a) — 0 a 12 valores;
- Alínea b) — 0 a 3 valores;
- Alínea c) — 0 a 2 valores;
- Alínea d) — 0 a 2 valores;
- Alínea e) — 0 a 0,5 valores;
- Alínea f) — 0 a 0,5 valores.

10.4 — Critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do Júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11 — Publicação das listas

11.1 — As listas, de candidatos e de classificação final, serão afixadas nas instalações da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sitas na Avenida Estados Unidos da América n.º 75, 1749-096 Lisboa;

11.2 — A lista de candidatos admitidos e excluídos será enviada a todos os candidatos através de ofício registado com aviso de recepção, nos termos do n.º 60.2 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro.

10.3 — A lista de classificação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, nos termos do n.º 71 da mesma Portaria.

12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do n.º 7, por remissão do n.º 50, ambos da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, a abertura do concurso é tornada pública mediante aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, e através de dois órgãos de comunicação social escrita de expansão nacional, sendo,

ainda, publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página electrónica deste Instituto.

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.
203557961

Deliberação n.º 1392/2010

Cessação de função e designação dos vogais para o conselho clínico do ACES da Península de Setúbal II — Seixal/Sesimbra

Considerando que:

A Licenciada, Maria da Luz Pereira foi designada nova Presidente do Conselho Clínico, nos termos da deliberação n.º 1122/2010, de 26/05, deste Conselho Directivo, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 24/06;

Nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 27 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2009, de 11 de Maio, o Presidente do Conselho Clínico deve apresentar proposta para a designação de novos vogais o que implica a cessação de funções dos anteriores:

A Enfermeira, Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira da Silva, foi nomeada para as funções de Vogal do Conselho Clínico, por Deliberação n.º 2363/2009, publicada no *Diário da República* n.º 157, 2.ª série, de 14 de Agosto de 2009, sob proposta do anterior Presidente;

A nova Presidente do Conselho Clínico do ACES em apreço propõem agora a este conselho Directivo a designação das profissionais, Ana Paula Realista Carvalho Rodrigues e Ana Paula Frade Lizardo, para o desempenho dos cargos de Vogais, por reunirem os requisitos legais necessários para o efeito, nos termos das alíneas B) e C) do n.º 3 do artigo 25.º e do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 27 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2009, de 11 de Maio, delibera nos seguintes termos:

Fazer cessar as funções de Vogal do Conselho Clínico da Enfermeira, Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira da Silva;

Designa as seguintes Vogais do Conselho Clínico, conforme notas curriculares em anexo:

Ana Paula Realista Carvalho Rodrigues, Enfermeira Especialista em Saúde Infantil e Pediátrica;

Ana Paula Frade Lizardo, técnica superior do Serviço Social, Assessora.

Lisboa, 15 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Rui de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

Curriculum profissional

Ana Paula Realista Carvalho Rodrigues, Enfermeira Especialista em Saúde Infantil e Pediátrica, iniciou o seu percurso profissional a 15 de Agosto de 1992 na Casa de Saúde das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, em Idanha — Belas, onde trabalhou durante um ano.

Em Novembro de 1992 fez parte da equipe que abriu o serviço de Urgência Pediátrica do Hospital Garcia de Orta, onde desempenhou funções de chefe de equipa. Posteriormente trabalhou na Unidade de Cuidados Intensivos Pediátricos e Neonatais da mesma instituição onde permaneceu durante 7 anos.

No dia 1 de Outubro de 1999, iniciou funções, na Extensão de Saúde de Fernão Ferro, que pertence ao Centro de Saúde do Seixal.

Actualmente exerce funções na Unidade Saúde Familiar Fernão Ferro *mais*, onde é responsável pela operacionalização e acompanhamento do Programa Nacional de Vacinação, coordenação da prestação de cuidados, no âmbito da Saúde Infantil, operacionalizando o Programa de Saúde Infantil e Juvenil, coordenação da equipa de enfermagem, gestão e adequação dos recursos materiais e humanos.

Em 2008 foi eleita pela equipa da USF de Fernão Ferro, que constitui o Conselho Geral, para integrar o Conselho Técnico, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 298 /2007, no âmbito da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários.

Nota curricular

Ana Paula Frade Lizardo, nascida a 25 de Janeiro de 1963, natural de Bemposta, Abrantes.

Formação Académica:

Licenciatura, Serviço Social pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa

Experiência profissional:

Iniciou funções de Assistente Social na Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas a 02 de Janeiro de 1989 até Dezembro de 1994;

Assistente Social na Caritas Diocesanas do Funchal, de Dezembro de 1994 até Maio de 1995;

Assistente Social na Secretaria dos Assuntos Sociais e Parlamentares no Centro de Segurança Social da Madeira de Maio de 1995 a Julho de 2003;

Assistente Social na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Setúbal, Centro de Saúde de Sesimbra, em Julho de 2003.

Actividades Relevantes:

Directora Técnica no Centro de Dia da Brogueira e Assentis, Torres Novas, em acumulação de funções, em 1992;

Elaborou e Coordenou o Projecto de Luta Contra a Pobreza, de Setembro de 1995 até Dezembro de 1998;

Coordenadora de ATL (Actividades de Tempos Livres), 19998;

Nomeada, Coordenadora da Comissão Local de Acompanhamento do Funchal, por despacho da Ex.ª Senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro de Segurança Social da Madeira, em 06 de Fevereiro de 1998 até Julho de 2003, exclusividade de funções;

Elaboração e Coordenação do Projecto de Voluntariado” Abraço Amigo”, 2003;

Coordenadora do Gabinete do Utente, 2005

Integrou no ano de 2007, dois grupos de trabalho de âmbito Sub-Regional “Proposta de Reorganização do Serviço Social nos Centros de Saúde reconfigurados” e “Articulação entre o Serviço Social da Saúde e da Segurança Social, na área dos doentes com tuberculose, em situação de carência económica”;

Integrou o grupo de trabalho de âmbito Sub-Regional, responsável pela elaboração do documento relativo à organização e funcionamento do “Gabinete do Cidadão” dos Agrupamentos de Centros de Saúde — ACES, em 2008;

Comunicações e Acções como Formadora:

Comunicação” Um envelhecer diferente em instituições diferentes, exige profissionais qualificados”, 1992;

Formadora no Projecto de Formação e Integração de Adultos, 1992;

Elaborou e apresentou “O trabalho em parceria/Visão global dos parceiros: Potencialidades e Obstáculos, no âmbito da medida de política social, Rendimento Mínimo Garantido, Dezembro de 1998;

Formadora na acção”Formação Inicial de Voluntários”, 12 de Fevereiro de 2004;

Oradora na acção de sensibilização na Escola Secundária Dr. José Afonso, com uma comunicação “Projecto Voluntariado” Abraço Amigo”, no âmbito do projecto” Clube de Voluntariado”, grupo de filosofia, 06 de Março de 2009.

203561565

Despacho (extracto) n.º 12797/2010

Por despacho da Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 14-06-2010:

Maria Isabel dos Santos Madureira de Andrade, enfermeira graduada, pertencente ao mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal IV — Setúbal-Palmela — autorizada a consolidação da mobilidade, para exercer funções no Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal I — Almada/UCSP de Santo António, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Lisboa, 19 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. Rui de Portugal*.

203559387

Despacho (extracto) n.º 12798/2010

Por despacho da Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 14-06-2010:

Maria João Vicente dos Santos Rodrigues Salvador Costa, enfermeira de nível 1, pertencente ao mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa III — Lisboa Central/Centro de Saúde de Santo Condestável — autorizada a consolidação da mobilidade, para exercer funções no Agrupamento de Centros de Saúde da Península de